

**A PRECARIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO E O
INGRESSO DE ESTUDANTES NO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFTM:
considerações preliminares**

***THE PRECARIOUSNESS OF BASIC EDUCATION
AND THE ENTRY OF STUDENTS IN
SOCIAL SERVICE COURSE AT UFTM: preliminary
considerations***

Anabella Pavão da Silva¹

RESUMO: Este trabalho apresenta uma síntese do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Combate às Opressões (PICO), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) cuja temática se reporta, a partir da perspectiva crítica marxiana, os rebatimentos da educação básica na formação de estudantes em Serviço Social da UFTM. Visamos compreender como a precarização do ensino básico dificulta ou mesmo obstrui o processo de formação de estudantes em nível superior. Para isso, realizaremos além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo para ouvir discentes ingressantes no referido curso a partir de 2014 para aprofundar a análise e nossos pressupostos.

Palavras-chave: Educação Básica, Precarização do ensino; Formação em Serviço Social; Conjuntura neoliberal.

ABSTRACT: *This paper presents a synthesis of the Scientific Initiation Research Project under development at the Interdisciplinary*

¹Doutoranda em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/Franca. Mestra (2015) em Serviço Social pela UNESP/Franca. Assistente Social graduada pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), 2010. Professora Substituta dos cursos de Serviço Social e História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Bolsista CAPES. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Combate às Opressões (PICO), da UFTM. Contato: anabellapavao@gmail.com.

Research Group to Combat Oppression (PICO), from the Federal University of the Triângulo Mineiro (UFTM), whose theme is related, from the critical Marxian perspective, the refutations of basic education in the training of students in Social Service of UFTM. We aim to understand how the precariousness of basic education makes it difficult or even obstructs the process of training students at a higher level. For this, we will carry out besides the bibliographical research, the field research to listen to students entering the mentioned course from 2014 to deepen the analysis and our assumptions.

Keywords: *Basic Education, Precariousness of teaching; Training in Social Work; Neoliberal conjuncture.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende em uma pesquisa de iniciação científica que se encontra em fase inicial de construção. Trazemos a proposta de pensar a formação profissional em Serviço Social associada ao perfil dos/as estudantes no âmbito da graduação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), analisando os rebatimentos da precarização do ensino básico no qual estes estudantes foram submetidos, conhecendo assim, a lógica da educação bancária dominante de ensino na qual esses sujeitos passaram, desde as limitações que o ensino básico possibilita até seus rebatimentos na formação em Serviço Social na UFTM.

Buscaremos compreender a partir do estudo de campo a importância de projetos elaborados por Assistentes Sociais em conjunto com professores/as e pedagogos/as no âmbito escolar, considerando que a formação profissional em Serviço Social é amplamente discutida e delineada pelos órgãos representativos da categoria, dentre os quais, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tem como direcionamento as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo

aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996.

Partimos do pressuposto de que a precarização do ensino se aprofundou após a ofensiva neoliberal a partir da década de 1990, tendo como rebatimentos o ensino apolítico, acrítico e desqualificado, que a educação, nessa perspectiva, possibilita, servindo como instrumento de alienação aos sujeitos envolvidos.

Este estudo tem como objetivo geral: Analisar a precarização da educação básica a partir do ingresso de estudantes no curso de Serviço Social da UFTM. E como objetivos específicos: Conhecer a lógica da educação bancária dominante de ensino na qual os sujeitos da pesquisa estudaram durante o ensino básico; analisar as limitações do ensino básico e seus rebatimentos na formação em Serviço Social na UFTM; compreender a partir da pesquisa de campo a importância de projetos elaborados por Assistentes Sociais em conjunto com professores e pedagogos, dentro das escolas.

Quanto à metodologia, o presente estudo se constrói a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, com a realização de pesquisa de campo no Centro Educacional da UFTM, onde ouviremos os estudantes de Serviço Social, ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) a partir de 2014 para identificar os impactos da educação básica no percurso acadêmico no ensino superior. O objeto de pesquisa em questão nos provoca a descortiná-lo a partir da teoria social crítica marxiana, na qual, a partir do materialismo histórico-dialético, desvendaremos a essência que perpassa por este processo de formação profissional a partir de uma educação escolar precarizada e nada digna.

1. A EDUCAÇÃO BÁSICA E O INGRESSO NO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

O tema ora proposto para o estudo surgiu a partir de reflexões diante das dificuldades enfrentadas pela pesquisadora ao ingressar no Ensino Superior e por anteriormente, ter realizado pesquisas nas quais apontaram uma fragilidade dos estudantes na compreensão de linguagem, dificuldade própria da educação estrutural no que tange a interpretação da realidade, que afeta diretamente a formação e o exercício profissional em Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, na qual, tem como objetivo trabalhar nas expressões da Questão Social, advindas do modelo de produção capitalista que se constitui a partir da acumulação de capital e da exploração da força de trabalho de quem não possui os meios de produção, gerando o antagonismo entre duas classes essenciais (trabalhadora/burguesa). Compreendemos que todos/as somos sujeitos sociais inseridos na divisão social, sexual, geracional e racial do trabalho e que resistimos cotidianamente com a contradição capital x trabalho, vivendo e sobrevivendo as desigualdades sociais. Com isso, sofremos com os rebatimentos da exploração da força de trabalho e com a mercantilização das relações sociais e de trabalho, não só após a formação do ensino superior, mas desde quando estamos sendo gerados/as.

Para esse modelo econômico continuar vigente, é necessário que se dissemine ideais burgueses, ou seja, o pensamento burguês deve prevalecer na consciência da classe trabalhadora, para que ela tenha a pseudo consciência de classe². É um dos meios de propagação

²Seria a falsa consciência de classe, levando em consideração o processo de tecnificação do trabalho e a alienação calcada na

desses ideais é a educação que inicialmente deveria ser de cunho emancipador político e social. No entanto, desde os primórdios da educação, vem se reafirmando e se moldando cada vez mais aos interesses do capital, sendo mercantilizada, alienante e moralizante, sendo no sistema econômico capitalista uma forma de ascensão social, como se fosse a solução para as expressões da Questão Social, individualizando e culpabilizando os indivíduos pela desigualdade gerada pelo sistema, fortalecido ainda mais pelo neoliberalismo.

O neoliberalismo enquanto ordem econômica do tempo presente, necessita de diversos meios para disseminar seus ideais, sendo o liberalismo com uma nova roupagem extremamente cruel, o neoliberalismo não vê mais a necessidade do Estado mínimo, ou seja, o Estado não precisa promover nenhuma política voltada ao social, pois o mercado consegue oferecer aos/às trabalhadores/as todas as condições de sobrevivência e sociabilidade.

Esta ordem chegou ao Brasil na década de 1990, se aprofundando no governo de Fernando Henrique Cardoso, com as privatizações das instituições estatais e o profundo sucateamento de outras. Um dos meios mais eficazes e de maior acesso é a educação, para a disseminação dos ideais burgueses. Pois desde os anos iniciais da educação básica, somos direcionados/as a um modelo de pensamento, no qual, nos leva a manutenção do sistema econômico vigente a nível mundial.

Portanto, a escola tem o papel de alienar os sujeitos, não tendo como objetivo ser o instrumento do sujeito para que no final tenha um olhar crítico para a sociedade, emancipando-o das amarras do capitalismo e sim, educando-o e formando-o para o mercado de trabalho. Sendo enxergados/às enquanto números e

ideologia neoliberal (nota dos autores).

mão-de-obra, e não, enquanto ser humano genérico.

Culturalmente os brasileiros e brasileiras são preconceituosos devido a sua formação sócio-histórica, econômica, política e cultural, mas que são determinantes para a concepção dos sujeitos quanto aos bairros e escolas periféricas. O pertencimento territorial e as oportunidades presentes ou ausentes, historicamente, estigmatiza os sujeitos que vivem em espaços esvaziados de dignidade e proteção social.

A marginalização que esses espaços sofrem, rebatem diretamente nos sujeitos que ali vivem e estudam. Devido a isso, a Universidade encontra-se cada vez mais distante dessas comunidades, não nos referimos ao distanciamento geográfico, mas sim, politicamente, existe uma dicotomia consolidada que dificilmente se rompe, pelo academicismo da Universidade. Sendo assim, os/as estudantes do ensino básico de escolas públicas e periféricas muitas das vezes não têm uma perspectiva de formação no Ensino Superior.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, assim como o capitalismo, também é contraditória. Existe no interior da categoria várias correntes filosóficas e ideológicas que formata ao longo do tempo os processos de trabalho de Assistentes Sociais, sendo que, hegemonicamente a corrente na qual a maioria se baseia é o materialismo histórico-dialético, debatida na profissão a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo aos finais da década de 1970. Uma teoria que faz com que o/a estudante tenha uma concepção de mundo crítica, observando-o em sua totalidade a partir de uma perspectiva material e histórica. Com isso, sendo um choque muitas vezes, por se encontrarem com outra forma de ler o mundo, a sociedade em que vive, servindo como um processo de consciência

de classe.

O/A Assistente Social deve estar capacitado/a para desenvolver projetos que integrem essas comunidades excluídas do meio acadêmico às universidades. Portanto faz-se necessário o vínculo de Assistentes Sociais na elaboração de projetos que tenham uma perspectiva de educação popular e que, as direcionam para as Universidades, onde também faz-se necessário o desenvolvimento de mais programas e projetos que contribuam com a permanência desses estudantes durante a graduação.

O papel do Assistente Social vai para além de mediar os conflitos de classes, principalmente pelo fato de nos colocarmos politicamente em favor da classe trabalhadora, classe esta a qual pertencemos. É muito importante lutarmos por uma educação emancipadora que é impossível no capitalismo, e por isso temos um projeto societário para além da ordem vigente. Segundo Netto (1999), os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade. São, portanto, projetos de classe.

O capitalismo, então, se apropria de diversos mecanismos em busca da manutenção da ordem vigente e de novas formas de acumulação de capital. Portanto, tal pesquisa é essencial para compreendermos o processo de formação no qual os discentes do curso passaram, a fim de analisar as limitações que a educação na qual a escola pública possibilita aos discentes que estudam nela, observando desde a estrutura, por muitas vezes precária ao ensino apolítico, que não raras vezes é visto.

Analisaremos os aspectos voltados ao social e

pedagógico, no qual, a educação perpassa. Portanto, analisaremos a grade curricular do ensino básico, observando o formato de aprendizagem verticalizado e apolítico que o mesmo possibilita, dando ênfase à dicotomia propositalmente construída entre o ensino básico e superior, fazendo com que muitas vezes os projetos ligados a universidade não sejam levados às escolas periféricas.

Problematizamos a contribuição do Serviço Social no exercício profissional na educação básica, justamente no compromisso deste profissional, em articulação com o corpo docente e coordenação das escolas, propor e executar ações que levarão novas perspectivas de formação escolar e a possibilidade de aproximar a Universidade às escolas e estudantes, com destaque àquelas marginalizadas em territórios de risco social.

O Serviço Social na educação com destaque ao objeto de pesquisa deste trabalho coaduna com os postulados propostos pelo projeto ético-político da profissão no que tange às Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS (1996) e com coesão ao projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM (2015).

O perfil de bacharel em Serviço Social deve ser de profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social (1993), cuja formação profissional deve viabilizar a capacitação e fundamentação teórico- metodológica, ético-política como requisito essencial para o exercício de atividades técnico- operativas para fazer a leitura crítica da realidade social; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; para assim, reconhecer e atuar cientificamente nas expressões da

questão social, identificando os espaços ocupacionais do/a profissional.

Conhecer e analisar a lógica da educação bancária dominante, as suas limitações e seus rebatimentos no ensino superior, a fim de compreender a importância de projetos elaborados por Assistentes Sociais em conjunto com professores e pedagogos, dentro das escolas é essencial, considerando que a formação profissional em Serviço Social é amplamente discutida e delineada pelos órgãos representativos da categoria.

A ABEPSS, articulada aos outros órgãos representativos da categoria de Serviço Social, como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), historicamente, tem demonstrado na profissão um engajamento político que tem fortalecido a mesma em suas diferentes instâncias, contribuindo para uma formação crítica, reflexiva e propositiva na reafirmação do Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico no Serviço Social.

O projeto ético-político supracitado, de acordo com José Paulo Netto (1999), se estrutura a partir do processo de recusa e crítica ao conservadorismo no Serviço Social Brasileiro. Essa denúncia ao conservadorismo inicia-se a partir de meados da década de 1960 e, desde então, começa-se a delinear novos rumos para a profissão. Entretanto, somente no fim da década de 1970, quando a categoria profissional assume seu compromisso com os anseios da classe trabalhadora, que se inicia a construção, de fato, desse projeto profissional.

Trata-se assim de um projeto profissional hegemônico, mas não homogêneo, que se propõe a romper com os ranços conservadores da profissão e também está

alinhado a um projeto societário, pois apresenta uma imagem de sociedade a ser construída em uma luta pela transformação desta atual sociabilidade, se colocando na contracorrente de qualquer forma de exploração, desigualdade e opressão.

É um projeto que está em contínuo desdobramento e construção, mas tem explícito e delimitado seu direcionamento: a dimensão política do projeto é claramente anunciada – ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

Para conseguir a materialização desse projeto, o/a estudante/profissional de Serviço Social precisa ter fundamentação teórico-metodológica e direção ético-política hegemônica, pois o projeto implica, sobretudo, compromisso com o aperfeiçoamento intelectual e teórico.

De acordo com Braz (2008), há três elementos constitutivos e essenciais que, articulados entre si, garantem a materialidade do PEP, a saber: I – dimensão da produção científica da categoria: diz respeito a toda produção de conhecimento e sistematização das ações profissionais, seja na academia e em outros espaços sócio-ocupacionais; II – dimensão político-organizativa: refere-se à militância e todos os espaços deliberativos e de representações na categoria, seja no conjunto

CFESS/CRESS, a ABEPSS ou na ENESSO; III – dimensão jurídico-política: entendida como o conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos que balizam a atuação profissional como, por exemplo: Código de Ética Profissional (1993), Lei de Regulamentação da profissão n. 8.662/93, Diretrizes Curriculares de 1996, Constituição Federal de 1988, dentre outros.

Sendo assim, conhecer e analisar a lógica da educação bancária, também possui papel essencial na materialização do PEP e do projeto pedagógico do curso, pois enquanto dimensão de produção de conhecimento é basilar na ampliação e discussão acerca da formação profissional e luta permanente na defesa da educação de qualidade, universal, pública e laica, sobretudo, nos tempos atuais de acirramento da perspectiva de mercantilização dos direitos sociais e dos serviços, na qual a educação, especialmente a educação superior, tem sofrido esses rebatimentos.

São inúmeros os prejuízos ao ensino superior, como por exemplo, a flexibilização do processo de formação via a modalidade de graduação à distância/EaDs, aligeiramento na formação, expansão desenfreada de universidades e com isso, insuficiência de infraestrutura, entre outros elementos acometidos pela ofensiva neoliberal e retrocesso à opção neoconservadora, os quais repercutem também na formação profissional em Serviço Social no Brasil.

A dimensão de produção de conhecimento da categoria é imprescindível no processo de formação dos Assistentes Sociais brasileiros, pois fortalece as demais dimensões essenciais da profissão e contribui para a construção/fortalecimento do PEP. Sendo essencial para materialização dos princípios que fundamentam a formação profissional, como por exemplo, rigoroso trato

teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, nos quais, possibilitará a compreensão dos problemas e desafios que o profissional encontra no universo da produção; e reprodução da vida social. (tirei das diretrizes da abepss)

Em virtude disso, a ABEPSS tem se colocado à frente das lutas e resistências em defesa do projeto de formação profissional da categoria. Assim, entendemos ser fundamental conhecer e analisar a lógica de educação, na qual, os sujeitos passaram, a fim de contribuir na formação profissional dos mesmos.

Vale dizer que o Serviço Social é uma profissão que possui uma formação generalista e está inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo como objeto de investigação/intervenção as diversas manifestações da “questão social”.

O/a Assistente Social atua em diversos espaços sócio-ocupacionais realizando ações para efetivação de direitos sociais visando enfrentamento das desigualdades sociais. Por tal significado social, é imprescindível que esse/a profissional tenha uma formação de qualidade e alinhada à direção hegemônica da categoria que tem como horizonte estratégico a construção de uma sociedade livre e emancipada, onde não haja injustiça, exploração e opressão. Destarte, a pesquisa trará benefícios para a sociedade na medida em que despertará nos/as estudantes o compromisso com o perfil profissional previsto no projeto ético-político, que traz em sua estrutura a necessidade do compromisso profissional e de estudantes com os princípios éticos fundamentais como:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantias dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando respeito à diversidade, à de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas e existentes e suas expressões teóricas e constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional.
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminado, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. (CFESS, 2012).

Nesse sentido, podemos notar que a formação profissional dos/as estudantes de Serviço Social perpassa por inúmeras instâncias dentro e fora do ambiente

acadêmico, onde está atrelado a um projeto ético e pedagógico sóciohistórico, trazendo não só embasamento teórico, mas também uma práxis cotidiana, que futuramente será utilizada nos diversos campos de trabalho e ou de lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões iniciais apresentadas neste texto, inferimos a importância de pensar, problematizar e dar visibilidade aos processos educacionais de viés capitalista que rebatem grosseiramente na inserção, na formação e na permanência de estudantes na educação superior.

Uma educação básica que apresenta de forma precária apenas a base curricular, sem dar atenção e importância aos temas transversais e à formação de cidadania, contribui diretamente para a dominação burguesa e para a manutenção de uma consciência de classe alienada e subserviente.

Entendemos a importância da base curricular para a construção de conhecimentos básicos que subsidiam a vida cotidiana, todavia, até mesmo esta base é ministrada com precarização devido a uma série de fatores implicados pela ordem econômica neoliberal.

Esta precarização se materializa quando estudantes ingressam ao ensino superior e apresentam as primeiras dificuldades ao realizarem as primeiras leituras, ao se aproximarem de conteúdos que passaram longe das disciplinas do ensino médio. Nesta perspectiva, quem não consegue as condições objetivas mínimas de resistência, desistem da formação em nível superior, por se culpabilizar pelo fracasso obtido nesta etapa da educação brasileira.

Entendemos aqui que este sentimento de culpa e fracasso se dá através da perspectiva meritocrática que ofusca qualquer possibilidade de reflexão crítica sobre os verdadeiros responsáveis pela desistência de alunos e alunas do ensino superior: o Estado Capitalista e suas ações de desproteção social.

Ao término desta pesquisa, será possível dar voz e visibilidade a uma expressão da questão social tão grave que é a educação básica precária que inferioriza os sujeitos, fragilizando ou negando as possibilidades de alcance de novos espaços e oportunidades a partir de um curso de graduação e pós-graduação.

Assim, defendemos uma urgente e necessária reorganização política, didática e pedagógica da educação básica, visando a materialização de processos educacionais emancipatórios e libertários. Uma educação que além de nos ensinar a ler, escrever e a realizar cálculos, que nos ensine também a ler e a reler o mundo com mais criticidade, respeito e tolerância. Defendemos uma educação libertária que ouse fortalecer a luta por uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes curriculares da ABEPSS*. 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em 10 mai. 2017.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/18620032/notas-sobre-o-projeto-etico-politico-do-seso-marcelo-braz-moraes-dos-reis>>. Acesso em: 10 mai.

2017.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social e Lei 8662/1993*. 2012. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
>. Acesso em: 8 mai. 2017.

PAULO NETTO, José. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr – jun, 1996, p. 87 – 128.

PAULO NETTO, José. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.